

Estudos de Onomástica em língua portuguesa no Brasil: perspectivas para inserção mundial

Patricia de Jesus CARVALHINHOS¹

RESUMO. Vários autores têm discutido em muitas oportunidades a nomeação dos espaços, atividade humana inerente ao homem. Como corpo disciplinar sistematizado, a toponímia nasceu no século XIX e, desde então, muito se tem feito no sentido de explorar os nomes próprios não apenas como repositórios lingüísticos que são, mas se lhes atribui a devida importância como elemento pragmático de organização espacial. No Brasil, a disciplina “toponímia” ainda não se difundiu como o esperado; mesmo com todos os esforços de sistematização e consecução de projetos realizados até a presente data, faz-se necessário traçar metas para o futuro tendo em vista o exemplo de outros países. Este trabalho possui, pois, dois objetivos centrais: fazer uma retrospectiva dos estudos onomásticos realizados no Brasil, sobretudo no século XX, e refletir sobre quais as medidas necessárias para que o país participe, de maneira ativa, das discussões em nível internacional. Dialoga-se, também, com a própria conceitualização de nome e as principais correntes teóricas.

PALAVRAS-CHAVE: topônimo; onomástica; toponímia no Brasil; inserção mundial.

Introdução. A nomeação como atividade humana.

Por não ser muito conhecida do grande público brasileiro enquanto disciplina científica², a disciplina Toponímia é, para muitos, mero diletantismo, curiosidade ou passatempo. Realmente, o interesse em se descobrir o significado de determinado nome de lugar pode ser a pedra de toque para que se inicie uma pesquisa, mas acreditar que toponímia é apenas e tão somente resgatar a etimologia de uma lista de nomes é amesquinhar e diminuir a importância cultural que ela encerra.

¹ USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Av. Prof. Luciano Gualberto, 403 – sala 04 – Cidade Universitária (Butantã) – CEP 05508-900, São Paulo, SP, Brasil. patricia.carv@usp.br.

² A Toponímia pertence aos quadros de disciplinas da graduação do curso de Letras da Universidade de São Paulo com o nome “Toponímia Geral e do Brasil” desde, pelo menos, a década de 60 do século passado, com conteúdo desenvolvido desde 1934 junto à cadeira de Etnografia e Língua Tupi, vinculada ao curso de Geografia e História.

Aliás, o interesse em se entender o que significa um nome ou o processo pelo qual uma palavra se une à coisa por ela representada não é novo, apesar de, até o século XIX, não ter havido o que se pode denominar “estudos sistematizados” sobre toponímia; contudo, a questão do nome, em si, já era pensada e havia sido formulada no segundo século antes de Cristo, pelo gramático Dionísio, responsável pela sistematização da primeira gramática ocidental. Várias questões pensadas sobre o nome próprio, pelos gregos, se refletem na atual definição de signo – e o nome, como signo que é, não pode deixar de ser regido exatamente pelas mesmas normas discursivas que regem todos os demais signos.

Segundo Dionísio, em informação trazida por John Lyons (1977), o termo lingüístico usado para definir o conceito equivalente a nome era *onoma*. O *nomen proprium*, bem mais atual, remonta à idade média. Na época de Dionísio, ainda se cogitava em como as palavras se relacionavam às coisas e o *onoma* era utilizado para designar objetos, seres individuais e atividades humanas.

Quanto à questão de como se faz a correspondência entre o objeto/ser/atividade e seu nome, ao estudar a questão do nome próprio de pessoa M. Bréal (1897) nos lembra das duas correntes de pensamento que existiam na época de Dionísio, os naturalistas (representados por Platão) e os convencionalistas (corrente aristotélica).

Para os naturalistas, a palavra tem sua origem em princípios eternos imutáveis fora do próprio homem, havendo a correspondência intrínseca entre som e sentido. Por outro lado, a corrente representada por Aristóteles crê que a relação semântica entre objeto e palavra decorre de um acordo tácito ou, como diz o autor, um “contrato social” entre os homens. Percebe-se, nesta segunda posição, uma relação com o que Saussure formulou, no século XIX, como *arbitrariedade do signo*.

Como se pode perceber, se não havia uma preocupação expressa com o nome de lugar, o nome, em geral, era estudado e refletido sob este conceito do *onoma* grego. Os princípios da toponímia levantados por Dauzat (1928), contudo, já se davam na prática: a conservação do nome de acordo com a perenidade do elemento geográfico ao qual se une; a desnecessidade de se nomear de outro modo um elemento único na paisagem da região, assim o mais importante elemento, quando é único na região, costuma ser designado apenas pela nomenclatura geográfica³, sem um nome; entre muitos outros exemplos.

Contudo, mesmo antes do século XIX já existem estudos que apontam para tentativas de sistematização, ainda que carecendo de um direcionamento sólido. Citamos, apenas, a proposta de uma “proto-taxionomia” pelo padre Martín Sarmiento, em 1785, cujos estudos⁴ referentes à toponímia galega já apontam a necessidade de se estudar os nomes de lugares não apenas por sua filiação lingüística, etimologia ou datação, mas por sua própria substância semântica.

No Brasil, uma rápida revisão bibliográfica pode apontar alguns dados para entender como a toponímia vem sendo estudada em nosso país, sua importância e a necessidade da implementação de um plano conjunto de estudos toponímicos. Da revisão bibliográfica empreendida destacam-se três frentes principais dos estudos toponímicos após a sistematização da disciplina no século XIX: a perspectiva inicial, etimológica – ou seja, a toponímia como ferramenta para a reconstituição de línguas antigas; a segunda frente identifica-se no trabalho conjunto da toponímia com a

³ Neste caso, com o passar do tempo o elemento geográfico que desempenha também a função de topônimo acaba se toponimizando e, no caso de esvaziamento semântico ocasionado pela passagem do tempo (perda de sentido do genérico), há o acréscimo de um novo genérico. Por exemplo, o rio Guadalquivir, na Espanha, possui em seu topônimo um genérico proveniente do árabe, *guad-* (*wad*), que significava “rio” na época da denominação.

⁴ Esta informação nos é oferecida em um estudo da toponímia do município de Pontecesures, na província de Pontevedra, comunidade autônoma da Galícia, Espanha, elaborado por Begoña Campaña Potel, em 2003, em homenagem a Martín Sarmiento.

geografia e cartografia, no sentido de se criar comissões normatizadoras para a terminologia geográfica; e a terceira perspectiva, uma mescla das duas perspectivas anteriormente descritas, é a que nos propomos enquanto docente da Universidade de São Paulo (priorizando, por razões óbvias, os estudos lingüísticos). Portanto, nos estudos realizados no Brasil cada vez mais há uma aproximação à teoria lingüística, à dialetologia, sociolingüística, lexicologia, terminologia, cartografia, numa tentativa de se criar o que denominamos o texto toponímico.

Retrospectiva dos estudos de toponímia no mundo

O período histórico no qual se insere a sistematização dos estudos toponímicos é, segundo Benveniste (1995, 21-22), o segundo momento da lingüística na história: o primeiro, até o século XVIII, pode ser definido como um movimento de cunho filosófico; o segundo momento, quando da observância da existência da relação de parentesco entre as línguas indo-européias, é o momento no qual se insere a sistematização da toponímia como disciplina científica. Esses estudos, calcados no método da gramática comparativa, privilegiavam a reconstituição etimológica e a toponímia, então, pelas características intrínsecas de seu objeto de estudo, demonstra ser uma importante ferramenta nessa reconstituição.

Foi assim que, no século XIX, Auguste Longnon instituiu na *École Pratique des Hautes-Etudes*, de Paris, a toponímia como disciplina científica. Sua obra, **Les noms de lieu de la France**, foi referência para outros estudiosos como Albert Dauzat, já no século XX. Pode-se acrescentar que foi Albert Dauzat (que, entre outras obras produziu seu **Les nomes de lieux**, publicada em 1928) quem impulsionou os estudos de

toponímia na França, baseando sua investigação no método das áreas e na geografia lingüística. Calcou seu método no que fora usado no Atlas Lingüístico da França (ALF), de J. Gillierón, e, por isso, para falar de Atlas Toponímicos é necessário, pois, recordar sua origem nos Atlas Lingüísticos.

Sobre as relações entre o método das áreas e a dialetologia (ou geografia lingüística, para alguns autores), Furtado (1959, p. 103) afirma que “Os nomes geográficos definem e delimitam uma área cultural, pois, à semelhança dos demais vocábulos, refletem a estrutura vertical ou dialetológica (geologia lingüística) e a horizontal (geografia lingüística) do idioma.” Verifica-se claramente a existência de dois eixos fundamentais: um estrato horizontal relacionado à perspectiva diacrônica (também presente no método das áreas, que privilegia a reconstituição etimológica - até mesmo pelas características da toponímia européia), na qual se verifica a permanência, alterações ou substituições de nomes em um determinado espaço, observando seu entorno cultural ao longo dos tempos. O outro estrato, já identificado por Furtado como “geologia lingüística”, é vertical, ou seja, condiciona-se à dispersão dos topônimos em determinado espaço – dispersão relacionada, obviamente, aos movimentos humanos no mesmo.

Como afirma Goelb (2003, p. 59),

L’histoire et le développement des études romanes en général et de la géographie linguistique romane en particulier nous enseignent que les atlas linguistiques ont été élaborés d’abord et dépouillés ensuite le plus souvent dans la seule perspective d’approfondir et d’améliorer nos connaissances phonétiques, morphologiques, syntaxiques et lexicales relatives à une région donnée si bien que la géographie linguistique est devenue avant tout une sorte de complément à des

outils de recherche déjà existants comme, par exemple, les grammaires ou les vocabulaires régionaux ou locaux.⁵

Após quase cem anos da publicação do ALF de Jules Gillierón e Edmond Edmont há uma série de estudos que o atualizam utilizando novas ferramentas, como é o caso do estudo proposto por Goelb, da Universidade de Salzburg (o autor trabalha na linha informatizada; propõe um “olhar dialetométrico sobre os dados do ALF: dados quantitativos e estruturas de profundidade.”⁶). O mesmo caminho de modernização deverá ser seguido pelos estudos de toponímia, ainda que, no Brasil, não tenhamos avançado muito por falta de uma política coerente quanto aos nomes geográficos, quer pela vertente governamental, quer pela não integração de critérios normativos e projetos regionais integrados, dentro de um grande projeto acadêmico.⁷

Assim, Dauzat legou-nos lições preciosas, assim como outros autores clássicos. Entre elas, deixa claro que não basta analisar uma forma sincronicamente, mas é importante sua análise diacrônica a fim de reconstituir toda a cadeia etimológica, da forma atual até a forma histórica mais antiga registrada – processo no qual, além dos elementos intra-código, são contemplados os extra-código.

Apesar de Dauzat ser referência clássica e contínua nos trabalhos de toponímia pelo mundo afora, é preciso saber que contamos com várias outras excelentes

⁵ “A história e o desenvolvimento dos estudos romances, em geral, e da geografia lingüística romance, em particular, nos ensinam que os atlas lingüísticos foram elaborados e desenvolvidos com a perspectiva única de aprofundar e melhorar nossos conhecimentos fonéticos, morfológicos, sintáticos y léxicos relativos a uma determinada região, mesmo que a geografia lingüística tenha passado a ser, sobretudo, uma espécie de complemento a ferramentas de pesquisa já existentes como, por exemplo, gramáticas ou vocabulários regionais ou locais”. Goelb (2003, p. 59). Tradução livre da autora.

⁶ GOELB, Hans. Regards dialectométriques sur les données de l’atlas linguistique de la France (ALF): relations quantitatives et structures de profondeur. **Estudis romànics**, N.º. 25, 2003, pp. 59-120. Com o auxílio dos dados geolingüísticos do ALF e o suporte teórico e metodológico da dialetometria moderna, o trabalho objetiva descobrir estruturas diatópicas subjacentes normalmente não possíveis de observação, no método tradicional, por geolinguistas.

⁷ A nosso ver o projeto Atlas Toponímico do Brasil (ATB) carece de um redirecionamento, adequando-o à nossa realidade atual, e é nessa linha que propomos alguns tópicos para reflexão nas considerações finais.

contribuições, sobretudo no que concerne à toponímia indígena americana. Se por um lado os estudos liderados por George Stewart nos Estados Unidos das décadas de 50 e 60 do século passado abriram novas perspectivas de estudo (a própria *American Names Society* apresenta Stewart como o homem que “humanizou” a toponímia) apesar das pontuações Dick⁸, por outro lado a escola norte-americana (assim como a canadense) muito pode contribuir com os estudos de toponímia brasileira no que concerne à problemática das línguas em contato. Assim é, também, com os estudos realizados na América do Sul, com destaque para o trabalho de Salazar Quijada (autor do excelente **La toponimia en Venezuela**).

Ainda quanto a América Latina, México é o país líder da Divisão da América Latina nas Comissões de Toponímia da ONU, sobre as quais falaremos posteriormente; vários países envolvidos na Comissão também desenvolvem estudos toponímicos, como Argentina e Venezuela, entre outros.

Quanto aos demais países, há de citar-se os autores mencionados no excelente ensaio publicado em Cuba **Aproximación al estudio de la toponimia cubana** (CAMPS e NOROÑA, s.d.), interessante não só pela proposta metodológica como também pela notícia de vários autores eslavos e germânicos muitas vezes inacessíveis ao pesquisador brasileiro, seja pela barreira da língua, seja pela escassez de bibliografia internacional específica em nossas bibliotecas. As autoras mencionam diversas propostas de classificação de topônimos (como o objetivo de expor a sua própria tipologia) baseadas na sistematização de A.V. Superanskaia: do século XIX apresentam Frantisek Palacky (1834), F. Miklósich (1865), Weiciechowski (1873), e já no século XX são citados Taschitiski, P. Skok, N.V. Toporov e S. Rospond; além disso, Camps

⁸ Na verdade, Dick quanto ao procedimento de Stewart, apenas afirma que o estudo do processo de engendramento toponímico não seria viável em termos de macrotponímia brasileira. Stewart estudava o processo mental de formação do nome e suas resultantes lingüísticas, enquanto Dick optou por trabalhar apenas com o produto resultante desse processo, sobretudo em termos semânticos.

Iglesias e Norona Vilá mencionam as tipologias propostas por V.A. Zhuchkevich (1968) e V.D. Belenkaia (1969). As classificações oscilam entre agrupar os topônimos por elementos lingüísticos (constituição gramatical ou morfológica) ou elementos extra-código (fatores históricos, geográficos, etnográficos).

Por outro lado, Henri Dorion, responsável pelos estudos de toponímia a partir da década de 60 na Universidade Laval de Québec, Canadá, traz-nos reunidos no volume **Les noms de lieux et le contact des langues** (de 1972) trabalhos não só da América, mas também da Hungria, Romênia, Polônia, Rússia e outros países, sempre na perspectiva das línguas em contato e suas resultantes para a toponímia.

Em termos de estudos aplicados, destacam-se, obviamente, França e Canadá, e nos últimos anos a Espanha apresenta um histórico muito consistente nos estudos toponímicos, destacando-se o trabalho realizado pelos geógrafos da Universidade de Barcelona (apontamos, exemplificativamente, os estudos de Joan TORT I DONADA). Já Ramón Menéndez Pidal, com sua **Toponimia Prerromana Hispana**, abria caminho para estudos que parecem estar atualmente bem avançados e estruturados, principalmente na região da Galícia e da Catalunha, Por dados que temos podido levantar, sobretudo a Catalunha possui estudos efetivos já desde a década de 60, avançando paulatina e coerentemente. Verticalmente, estudos procuraram atingir, pela diacronia, problemas como a formação dos nomes catalães e as línguas em contato na toponímia daquela região. Por outro lado, um dado que chama a atenção e poderá nos orientar muito em termos de pesquisas futuras é o modo pelo qual os toponimistas espanhóis analisam a microtoponímia e os dados na sincronia, objetivando, sobretudo com instrumentos da fonética, demonstrar que ainda hoje nomes pré-romanos são pronunciados da mesma forma que eram pronunciados na época da denominação, preservando em sua estrutura arcaísmos fonéticos que, no geral, não são levados em

conta quando realizamos estudos toponímicos mais focados na morfologia e na semântica⁹. Foi lançado, em 2007, o **Atlas Toponímico de España**, de Jairo Javier García Sánchez, pela Arco Libros, em uma demonstração que o país já possui estudos efetivos e uma visão em conjunto de sua toponímia.

Os estudos de toponímia no Brasil

Já dizia o saudoso Professor Carlos Drumond, nas palavras preliminares da obra que foi resultado de sua Livre Docência na Universidade de São Paulo, **Contribuição do bororo à toponímia brasílica**:

Dentre os assuntos que podemos englobar sob a rubrica geral de “estudos brasileiros”, um dos mais negligenciados tem sido, sem dúvida alguma, o referente aos **nomes de lugares** ou de **acidentes geográficos**. Oferecendo manancial riquíssimo e praticamente inexaurível, composto de vultosa série de nomes das mais diversas origens, é de se estranhar o pouco ou nenhum interesse que este ramo do saber tem despertado entre os nossos estudiosos. Enquanto na Europa, por exemplo, os estudos de toponímia têm merecido o máximo de atenção, no Brasil, com raríssimas exceções, estudos deste gênero têm sido feitos mais a título de curiosidade, sem os métodos apropriados a tal empreendimento, visando unicamente, em sua grande maioria, pôr em destaque a ocorrência de nomes de origem tupi dentro do acervo toponímico brasileiro. Nada mais são que listas de palavras de origem indígena, acompanhadas de um

⁹ Referimo-nos, aqui, aos topônimos “transparentes” de base portuguesa, pois a fonética e a fonologia são instrumentos comuns de trabalho para quem estuda a toponímia de origem indígena brasileira.

provável significado. Raras foram as tentativas de restauração das formas antigas do topônimo, quando este deveria ser o procedimento fundamental, pois é fato notório que toda etimologia deve repousar, antes do mais, sobre o conhecimento e a interpretação das formas primitivas do nome. Digressões hipotéticas, baseadas na forma atual de um determinado nome, mesmo se a explicação parece evidente, pode conduzir a enganos desastrosos. A história das transformações dos nomes de lugares, a sua evolução fonética; as alterações de diversas ordens; o seu desaparecimento; a sua relação com as migrações, a colonização, os estabelecimentos humanos e o aproveitamento do solo; os nomes inspirados por crenças mitológicas visando, algumas vezes, assegurar a proteção dos santos ou de Deus, etc., são alguns dos aspectos que ainda não mereceram a devida atenção dos estudiosos brasileiros. Na realidade, ainda não possuímos toponimistas.

Em termos de Brasil, como fica claro na afirmativa de Drumond, não se possui o registro escrito das sociedades indígenas que viabilize um estudo como o que ocorre na Europa, em virtude dessas sociedades serem ágrafas e de nossos registros mais antigos serem provenientes do período colonial, e por parte de europeus de diversas origens.¹⁰

¹⁰ Em verbete escrito a pedido dos organizadores do livro **Conversas sobre dicionários**, obra de reflexão lexicológica e lexicográfica constituída de opiniões de especialistas das áreas afins (ed. Parábola, org. Cláudia XATARA *et alli*, publicação prevista para fins de 2008), mencionamos que grande parte da toponímia indígena já fixada no Brasil provém não do tupi clássico, mas de uma língua dele derivada e modificada pelo contato com línguas européias (*a língua mais falada na costa do Brasil*, segundo Anchieta, ou *tupinambá*, segundo Aryon RODRIGUES). A nomeação, pois, é considerada indireta uma vez que essa língua era falada tanto por índios quanto por grupos europeus e mamelucos. Ainda segundo o que nos informa Aryon Rodrigues, as produções coloniais caracterizam-se por um registro descuidado do ponto de vista científico ou antropológico, pois a preocupação lingüística era fundamentalmente prática, o que gera uma falta de consenso nas fontes coloniais. Apesar de falarem a mesma língua, ou línguas aparentadas, a fala dos grupos indígenas do litoral apresentava variações fonológicas, resultando em diferentes registros da mesma palavra. Por outro lado, a própria condição lingüística do europeu conduzia às mais diversas interpretações grafadas de um mesmo som. Citamos o exemplo da lexia *ybyrapitanga*, o nome do pau-brasil. No período colonial temos as seguintes grafias de autores ligados à

Por conta dessa especificidade de nossa toponímia, pode-se dizer, junto com Drumond, que, no princípio, os estudos toponímicos no Brasil se limitavam a uma “lista de nomes” indígenas, seguidos de sua provável significação etimológica.

Durante o século XX, a toponímia no Brasil esteve muitas vezes vinculada ao estudo do tupi antigo pela já mencionada característica de imutabilidade¹¹ do topônimo após o momento de sua fixação. Com isso, além dos estudos iniciados regularmente na Universidade de São Paulo em 1934, quando de sua fundação, na Cadeira de Etnografia e Língua Tupi (cujo responsável era o Prof. Dr. Plínio Ayrosa, de quem Carlos Drumond foi assistente e sucessor), mencionamos também os estudos de Frederico Edelweiss, na Bahia, e Rosário Farâni Mansur Guérios, no Paraná.

Cotejando nossos estudos com a toponímia ibérica e a toponímia geral (o que se fazia no mundo desde a época da Dauzat), verificamos que os estudos toponímicos no Brasil adquiriram uma feição autônoma no sentido de não ser apenas a ferramenta para recuperação lingüística, como ocorreu (e ainda ocorre) na Europa: sendo a nossa toponímia composta por três estratos lingüísticos, a exemplo do que ocorre nos Estados Unidos e no Canadá, países onde há várias línguas européias e indígenas, o estudo das línguas em contato é uma decorrência dos estudos da toponímia. Além disso, após os anos 90 do século passado os estudos de toponímia na Universidade de São Paulo tendem a possuir uma feição mais lingüística, não apenas estudando os nomes de lugar e suas alterações semânticas, morfológicas, fonéticas, etc., mas buscando conjugar várias disciplinas lingüísticas (entre elas a semiótica e a lexicologia, entre outras) que possibilitem a apreensão, por ferramentas da própria linguagem, da visão de mundo

França Antártica, estabelecida brevemente na baía de Guanabara: Thevet a registra *oraboutan*, Léry como *araboutan*, para D’Abbeville o registro é *ouira-pouitan* e D’Evreux grafa *ybouira-pouitan*. (GARCIA, 1927, pp. 7-8)

¹¹ Uma vez fixado, o topônimo se cristaliza, ou seja, não se transforma mais com o resto das palavras de um sistema lingüístico – e é essa característica que o torna tão precioso para os estudos lingüísticos, sobretudo os de cunho filológico.

impressa nos nomes de lugar. É a articulação crítica do nome em relação a três fatores: o homem que o produz, dentro de determinada cultura (de acordo com sua cosmovisão), situado em determinado espaço e em certa temporalidade. Somente enquadrando o topônimo neste tripé é possível compreendê-lo e interpretá-lo como realmente é, e não apenas como componente de uma “lista de nomes seguida do provável significado”.

Mesmo com todos os avanços (teóricos e metodológicos) na maneira de se abordar a toponímia no Brasil, resta muito a ser feito. O projeto Atlas Toponímico do Brasil, em andamento na figura de variantes regionais, carece de uma organização e plano de metas vigorosos, no sentido de implementação de políticas uniformizadoras quanto ao levantamento e tratamento dos topônimos. Além disso, ao verificar o que tem sido feito em termos de toponímia geral no exterior, percebemos a necessidade premente de integrar o Brasil à realidade externa, conferindo maior valor aos trabalhos de toponímia no país.

O papel do IBGE

Criado na década de 30¹², o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística tem, entre muitas outras atribuições, cartografar o território brasileiro e, mais recentemente, adequar o mapeamento às novas tecnologias já muito difundidas no mundo, como o uso do GPS (Posicionamento Global por Satélite). A comissão subordinada ao IBGE responsável pelos trabalhos de cartografia é a CONCAR, Comissão Nacional de Cartografia, desativada em 1990 e reativada em 2000. Não há (por ora), como em outros

¹² Segundo o histórico disponível na Comissão Nacional de Cartografia (CONCAR), o Instituto Nacional de Estatística e o Conselho Nacional de Geografia são incorporados ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1938, com os nomes de Conselho Nacional de Geografia e Conselho Nacional de Estatística.

países, Comissões de Toponímia no Brasil, ainda que já tenham existido em outra época, como fica explicado em nota do Prof. Carlos Drumond:

Compreendendo a importância que tem para a geografia, com especialidade para a cartografia, o CNG (Conselho Nacional de Geografia) criou um Setor de Toponímia, dentro da sua Divisão Cultural. Desta iniciativa e de papel preponderante que tem o estudo dos nomes geográficos para a cartografia, fala-nos o Major Sebastião da Silva Furtado em comunicação apresentada á I Reunião Brasileira de Consulta sobre Cartografia, publicada sob o título **Os Nomes Geográficos e a Cartografia** (Revista Geográfica, Instituto Pan-Americano de Geografia e História, n. 50, tomo XXIV, 1º semestre, Rio de Janeiro, 1959). Após tecer considerações em torno dos seguintes tópicos: importância dos nomes geográficos e seu profundo significado; o papel dos nomes geográficos na Cartografia; os nomes geográficos e a categoria da carta; o cartógrafo em face dos problemas toponímicos; problemas mais freqüentes na cartografia; o estudo onomatológico e sua importância; estudos e trabalhos onomatológicos estrangeiros, órgãos e instituições – o autor faz um relato sobre a toponímia no Brasil mencionando as providências oficiais até agora assumidas neste setor. Pondo em destaque a ação do IBGE, escreve o major Sebastião da Silva Furtado: “Não obstante, valiosíssimos têm sido os trabalhos do IBGE. Sob sua inspiração foram tomadas algumas decisões legais, com o fim de sistematizar a nomenclatura geográfica e disciplinar-lhe a grafia. Estas providências, contudo, atingiram apenas os principais nomes geográficos. Até mesmo muitos destes ainda estão a exigir estudo

acurado. Uma das mais louváveis iniciativas do IBGE foi a criação e planificação, no princípio de 1938, do Dicionário Geográfico Brasileiro, importante empreendimento a ser realizado progressivamente, em três escalões que são: 1) os Vocabulários Geográficos; 2) O pequeno Dicionário Geográfico Brasileiro; 3) e o Grande Dicionário Geográfico Brasileiro. Desse projeto, presentemente confiado ao Setor de Toponímia, da Divisão Cultural do CNG, já foram publicados seis Vocabulários Geográficos.(DRUMOND, 1965, 14)

A atual ação concreta do IBGE que temos notícia, no que concerne à toponímia, relaciona-se ao desenvolvimento do **Banco de Nomes Geográficos do Brasil**, projeto noticiado em 2006, proposto em 2007 e ainda em fase inicial, do qual damos notícias mais detalhadas a seguir.

Pesquisas em andamento no Brasil

Do ponto de vista governamental, a ação incipiente é o projeto citado no parágrafo anterior, em vias de desenvolvimento pelo IBGE e outros órgãos. A divisão de Geociências, cuja diretoria foi representada por Graciosa Rainha Moreira (GESIG/DI) em um dos poucos eventos no país mencionando o Banco de Nomes Geográficos do Brasil, mantém um Grupo de Trabalho em Nomes Geográficos como um dos eixos do projeto. Além disso, no evento “Oficina de Sensibilização e Reunião de Articulação do Projeto”, promovido pelo Instituto de Terras, Cartografia e Geociências (ITCG) do Paraná em novembro de 2007, formulou-se a proposta para a criação de uma Rede de Toponímia para o projeto **Nomes Geográficos do Estado do**

Paraná, proposta conduzida também por Graciosa R. Moreira juntamente com Vania Nagem, da CCAR (Comissão de Cartografia), e Ana Maria Goulart Bustamante, todas do IBGE¹³.

Do ponto de vista estritamente acadêmico, temos notícias de alguns estudos isolados de toponímia, fruto dos esforços da Prof. Dr^a. Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick ao longo de sua carreira. Não se pode mencionar núcleos ou centro de estudos, mas existe uma linha coerente denominada “variantes regionais do Atlas Toponímico do Brasil”, que consta de Atlas regionais (vinculados ao Atlas Toponímico do Brasil) desenvolvidos nos estados de Minas Gerais (*Atlas Toponímico de Minas Gerais*, ATEMIG, UFMG), Mato Grosso do Sul (*Atlas Toponímico de Mato Grosso do Sul*, ATEMS, UFMS), Paraná (*Atlas Toponímico do Paraná*, ATEPAR, UEL), Mato Grosso (*Atlas Toponímico do Mato Grosso*, ATEMT, UFMT), Tocantins (*Atlas Toponímico de Origem Indígena*, ATITO, UFT), Amazonas (ATAOB, *Atlas Toponímico da Amazônia Ocidental Brasileira*) e Ceará (*Atlas Toponímico do Estado do Ceará*, ATEC), os dois últimos vinculados à UFAC – Universidade Federal do Acre). Em São Paulo, o ATESP (*Atlas Toponímico do Estado de São Paulo*), projeto idealizado por Carlos Drumond e em levado a cabo por Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (USP) se encontra em desenvolvimento desde 1985. Além disso, há outros projetos em andamento, ainda que principiando.¹⁴ Há, ainda, notícias de outros estudos isolados no país, mas não chegam a constituir núcleos organizados e coerentes.

¹³ Pela leitura do material apresentado durante o evento mencionado, pudemos perceber que existe a conscientização, por parte do IBGE, da necessidade de se desenvolver projetos paralelos nos Estados a fim de que a coleta final gere o Banco de Nomes Geográficos. Fica claro também que, por mais que se tenha feito, o Brasil não possui representatividade junto à UNGEGN, da ONU, fato que corrobora mais ainda para delatar a urgência dos investimentos nas pesquisas em toponímia no país, a fim de que as Universidades possam trabalhar conjuntamente com o IBGE.

¹⁴ Sob nossa responsabilidade possuímos dois projetos, um vinculado ao conteúdo da pós-graduação (sou credenciada pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa do DLCV), o Atlas Toponímico de Portugal, em fase de delineamento; e outro, vinculado à graduação, intitulado **Memória Toponímica de São Paulo, bairro a bairro**, que conta com a colaboração de alunos de iniciação

Propostas para inserção mundial: Lacunas e perspectivas. Considerações finais

As tendências que notamos nos estudos toponímicos no mundo nos reportam às duas situações já apresentadas: a tendência pragmática, manifesta principalmente nos países francófonos, nos quais se enfatiza a uniformização, normatização e controle da nomenclatura geográfica. A outra tendência é a acadêmica, que encara a toponímia não em sua função pragmática, mas como um instrumento importante na análise lingüística,

Cada vez mais, pois, a toponímia é encarada no mundo como um elemento chave não apenas na reconstituição do passado, mas na compreensão do presente, em sua função pragmática. Faz-se necessário – e aqui falamos com a intenção de lançar reflexões que conduzam a perspectivas futuras – criar o mesmo tipo de ação que ocorre fora do Brasil desde a instituição, por Dauzat, dos já mencionados congressos de onomástica. Exemplificativamente, a criação das já referidas Comissões de Toponímia (comissões mistas, com a participação de geógrafos, historiadores, cartógrafos e lingüistas, presentes em vários países como EUA, Canadá, França, entre outros) conduziu a ações sistêmicas e sistematizadoras, frutos da iniciativa de Albert Dauzat ao criar o Congresso Internacional de Ciências Onomásticas realizado a cada quatro anos e cuja última edição (a vigésima terceira) teve lugar na York University, Toronto, Canadá, na segunda quinzena do último mês de agosto.

Ao observar, pois, a produção lingüística e terminológica realizada por essas comissões, percebemos que a toponímia integra tanto ações de política lingüística quanto a determinação de terminologia geográfica (inclusive com tentames de

científica (o projeto está vinculado ao programa *Ensinar com Pesquisa*, da Pró-Reitoria de Graduação da USP) e está recém-iniciado (ago. 2008).

uniformização em diferentes países de mesma língua) e todos os produtos resultantes de tais ações, como dicionários e glossários. Além disso, há a elaboração de critérios de denominação e a criação de metodologias uniformes para nortear os estudos de toponímia. Atualmente, ainda existe a preocupação crescente de integrar os novos meios informáticos e aproveitar as facilidades que os avanços tecnológicos oferecem, criando bancos de dados *on line* alimentados pelos diversos órgãos que integram as comissões mencionadas, como é o caso dos já referidos órgãos franceses (*Commision de Toponymie* do *Institute Geographique National*; *Société Française d'Onomastique - ASO*), canadenses (*Commision de Toponymie de Québec*), e ainda órgãos na Bélgica, Estados Unidos, Espanha (*Societat d'Onomàstica*, Barcelona, entre outras sociedades no país), etc. A Organização das Nações Unidas (ONU) mantém um grupo que se dedica aos estudos que englobam a onomástica, o **UNGEGN**, *United Nations Group of Experts on Geographical Names*, cujas divisões agrupam os países segundo as unidades lingüísticas, culturais ou geográficas e cujos Grupos de Trabalho¹⁵ se dedicam à normatização toponímica, entre outras atividades. O Brasil participa de duas divisões, Divisão da América Latina e Divisão dos Países Lusófonos, ainda que apenas no papel:¹⁶ pelo que sabemos, a política neste sentido é incipiente e mesmo o IBGE está principiando, outra vez (como já vimos, desde 2007), a pensar ações que integrem o Brasil nessas Comissões.

Sintetizamos, aqui, algumas ações acadêmicas para a inserção do Brasil no perfil atual de pesquisas toponímicas no mundo, à guisa de conclusão:

¹⁵ Os principais grupos de trabalho da UNGEGN são: Bancos de Dados e *Gazetteers*; Avaliação e Implementação; Publicidade e Recursos; Sistemas de Romanização de nomes geográficos escritos em alfabeto não romano; Terminologia; Treinamento; Nomes de Países, entre outros.

¹⁶ Sendo o Brasil subordinado ao México, na Divisão da América Latina, e vice-presidente da cadeira dos países lusófonos, cuja presidência pertence a Moçambique, percebemos pela leitura de documentos referentes ao evento já mencionado “Oficina de Sensibilização e Reunião de Articulação do Projeto” que existe uma ausência de representação para a “Portuguese Speaking Division” nas reuniões da UNGEGN, e é por isso que nos utilizamos da expressão “no papel”.

- 1) Realização de encontros anuais entre pesquisadores da área, no formato de Grupo de Trabalho¹⁷ (GT), a fim de que haja um acompanhamento das pesquisas em andamento;
- 2) Maior intercâmbio entre os pesquisadores com o intuito de formar novos pesquisadores capacitados a participar dos projetos em andamento, mantendo uma coerência entre os estudos, mas sem prejudicar a criatividade e as diversidades regionais;
- 3) Agrupamento de vários centros de estudos para estabelecer critérios metodológicos e objetivos claros para projetos como o Atlas Toponímico de Brasil, com a conseqüente criação de núcleos de pesquisa nos estados onde estes ainda não existam, possibilitando o intercâmbio de docentes e pós-graduandos;
- 4) Criação de um projeto com proposta de trabalho conjunto com o IBGE,¹⁸ a fim de que toponimistas tenham a oportunidade de participar ativamente da criação de uma Comissão de Toponímia no Brasil.

Ficam, pois, lançados os contributos para bases para reflexão.

Referências bibliográficas

BENVENISTE, E. **Princípios de Lingüística Geral I**. Campinas: Pontes Editores, 1995.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em 31 ago. 2008.

¹⁷ Foi colocada, durante o Simpósio, a necessidade de se criar uma Associação de Onomástica para atingir as metas propostas.

¹⁸ Embora várias instituições (inclusive o DLCV-USP) façam parte da intenção de trabalho para o projeto Banco de Nomes Geográficos do Brasil, do IBGE, faz-se necessário um movimento mais global no país.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Comissão Nacional de Cartografia**. Disponível em: <http://www.concar.ibge.gov.br/>. Acesso em 31 ago. 2008

BRÉAL, Michel. **Ensaio de Semântica**, trad. Aída Ferrás *et al.*, EDUC-Pontes, São Paulo: 1992.

CAMPAÑA POTEL, Begoña. **Os nomes de lugares de Pontecesures**. Ed.: Consello de Pontecesures, 2003. Disponível em: http://www.pontecesures.org/datos/libro_toponimia.pdf> Acesso em: 25 nov. 2007.

CAMPS, Alina; M.T. NOROÑA. **Aproximación al estudio de la toponimia cubana**. Academia de Ciencias de Cuba, La Habana. S.d.

DORION, H. e MORISSONEAU, Ch. **Les noms de lieux et le contact des langues**. Québec, Les Presses de l'Université Laval, 1972.

DRUMOND, C. **Contribuição do Bororo à toponímia brasileira**. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1965.

DAUZAT, A. **Les noms de lieux**. Paris: Librairie Delagrave, 1928.

DICK, Maria Vicentina de P. do A. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

FURTADO, Sebastião S. Os nomes geográficos e a Cartografia. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 103-110 jan./mar. 1959.

SALAZAR QUIJADA, Adolfo. **La toponimia en Venezuela**. Caracas: Universidad Central de Venezuela, Publicaciones de la Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, 1985.

GARCIA, Rodolpho. Glossario das palavras e phrases da lingua tupi, contidas na "Histoire de la mission de pères capucins en l'isle de Maragnan et terras circonvoisines." **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Tomo 94. Vol. 148. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1927, pp. 7-8.

GOELB, Hans. Regards dialectométriques sur les données de l'atlas linguistique de la france (ALF): relations quantitatives et structures de profondeur. **Estudis romànics**, N°. 25, 2003, pp. 59-120. [ungedivisions.htm](http://www.ungedivisions.htm). Acesso em 31 ago. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Instituto de Terras, Cartografia e Geociências (ITCG) do Paraná. **Nomes Geográficos do Estado do Paraná**. Disponível em: <http://www.itcg.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=43>. Acesso em 31 ago. 2008

LYONS, J. **Introdução à lingüística teórica**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

MENÉNDEZ PIDAL, R. **Toponimia prerromanica hispana**. Madrid: Editorial Gredos, 1952.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **United Nations Statistics Divisions**. Disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/geoinfo/> Acesso em 31 ago. 2008

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. **Línguas Brasileiras**. 4ª ed., São Paulo: Loyola, 2002.